

# Os desdobramentos históricos da educação física no Brasil e seus desafios na contemporaneidade

Gleisiele Saraiva Rangel  
Maria Alayde Alcantara Salim

25

**Resumo:** O presente artigo apresenta uma breve reflexão histórica acerca da constituição da disciplina de Educação Física enquanto área do conhecimento da Educação Básica, buscando compreender como passado e presente se relacionam e refletem nos desafios atuais que marcam as práticas de ensino da disciplina na atualidade. Norteados por Bloch (2011) corroboramos no entendimento que, desconhecer o passado não compromete apenas a compreensão do presente, mas principalmente afeta as nossas ações futuras, em outras palavras, tal conhecimento pode ser concebido como uma maneira de se buscar superar os desafios impostos à disciplina na atualidade.

**Palavras-chave:** Educação Física. História. Práticas de ensino.

## Historical unfoldings of physical education and its current challenges

**Abstract:** This article presents a brief historical reflection about the discipline constitution of Physical Education being the Basic Education area of knowledge, seeking to understand how past and present relate and reflect on the challenges and the teaching practices of the discipline in the present time. Guided by Bloch (2011) we corroborate in the understanding that, not knowing the past not only compromise the past, but mainly affect our actions in the future, in other words, this knowledge can be designed as a way to seek to overcome imposed challenges in today's discipline.

**Key-words:** Physical Education. History. Teaching practices.

## 1 INTRODUÇÃO

As páginas que contam a história da Educação Física no Brasil são marcadas por diferentes situações que se relacionam diretamente com as transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas no país, em diferentes contextos históricos. Esses caminhos marcaram as formas de pensar o ensino da Educação Física colaborando significativamente em sua afirmação como área de conhecimento presente na Educação Básica.

Bloch (2001) aponta que a história não é uma ciência do passado, ao contrário, todo problema histórico nasce das necessidades do presente. Partindo dessa perspectiva propomos nesse artigo apresentar uma análise histórica dos caminhos percorridos pela Educação Física no Brasil ao longo



dos anos (1889-2018). Buscamos apreender as práticas atuais que marcam o ensino da Educação Física no presente a partir do diálogo com o passado. Compreender o presente pelo passado e vice versa fortalece o entendimento afirmado por Bloch (2001, p.64) de que “a ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente; compromete, no presente, a própria ação”. Em contrapartida, o conhecimento dos tempos de outrora permite superar desafios, dar novos contornos e possivelmente escrever uma nova história.

Existem diferentes discursos e posicionamentos teóricos acerca da História da Educação Física no Brasil que podem nos fornecer inúmeras pistas para uma intrigante pergunta: qual o lugar da Educação Física escolar na Educação Básica hoje? Essa questão se faz presente em diferentes debates travados entre os profissionais da área, empenhados em conferir à disciplina maior afirmação enquanto área do conhecimento escolar.

No entanto, em contramão ao movimento de afirmação da disciplina, encontra-se uma barreira que ainda não foi totalmente superada: o esvaziamento de alguns dos conteúdos da disciplina, provocando a perpetuação de práticas descontextualizadas do ambiente escolar, na atualidade. Dessa forma o artigo irá focalizar, partindo da reflexão histórica, possíveis justificativas e/ou razões pelas quais muitos professores de Educação Física desenvolvem no seu fazer pedagógico práticas desarticuladas com o momento histórico atual do país.

Iniciamos nossa reflexão buscando traçar um percurso histórico partindo da análise das “Tendências da Educação Física”, sistematizadas e organizadas por Ghiraldelli Junior (1991) que focalizou o período compreendido entre os anos de 1889 ate aproximadamente 1980, em diálogo com outros importantes teóricos da área, tais como: Castellani Filho (1988) e Libâneo (1991).

A partir da década de 80, inspirados pelo retorno da democracia ao país, novos movimentos começam a ser percebidos na Educação Física escolar, daí novas tendências começam a ser delineadas em oposição ao tecnicismo e esportivismo que se fizeram presente nas abordagens anteriores, quatro delas são apresentadas por Darido (2008) como principais, são elas: Abordagem



Desenvolvimentista, Abordagem Construtivista Interacionista, Abordagem Crítico Superadora e Abordagem Sistêmica.

Conhecer os desdobramentos da história da Educação Física no Brasil nos remete à possibilidade de compreensão de muitos dos problemas que afligem professores na atualidade. Trata-se de lançar luz ao problema, buscando analisá-lo sob uma nova ótica e assim, quem sabe, caminharmos rumo ao fortalecimento da disciplina enquanto área do conhecimento presente no currículo escolar.

## 1.1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: NOTAS PARA REFLEXÃO

Antes de iniciarmos o estudo histórico, alguns apontamentos tornaram-se necessários para uma melhor compreensão do que será exposto. O primeiro, refere-se à periodicidade dos fatos, podendo haver desencontros entre os pesquisadores, o que é facilmente justificado ao se perceber que em muitos momentos as tendências da Educação Física se complementam ou surgem uma em função da outra, não sendo possível e/ou necessário estabelecer uma exatidão para marcar seu início e fim. Sabendo que as tendências se modificam para atender às necessidades de um dado momento, compreendemos que: “quando uma tendência não corresponde aos interesses das diferentes classes ou ela mesma já não funciona como deveria, ela acaba por dar espaço para o surgimento de uma nova tendência” (CHAGAS; GARCIA, 2011, s/p).

Outro aspecto importante a ser destacado nessa discussão relaciona-se diretamente com a formação do professor de Educação Física, acentuando a importância da compreensão das tendências por parte dos mesmos:

pode verificar a íntima relação entre as concepções vigentes e os interesses das elites econômicas e sociais refletidos nos programas e métodos de ensino. O estudo das tendências e correntes ajuda o professor a entender e questionar as ideias que norteiam sua prática (LIBÂNEO, 1991, p.11).



A reflexão sobre a prática é o ponto de partida para se vislumbrar mudanças e transformações que tenham por objetivo uma melhora na educação. A partir desse movimento, passam a ser questionados os métodos, objetivos e finalidades da prática docente, permitindo uma superação e/ou adequação dos mesmos, dadas as especificidades do contexto na qual se inserem.

Segundo Chagas e Garcia (2011, s/p) “uma tendência é também uma pedagogia, que é a teoria e o método que constrói os discursos e as explicações sobre a prática social e sobre a ação dos homens na sociedade”. Com base nesses apontamentos apresentados pelos autores, justifica-se a relevância do estudo e reflexão acerca das tendências que nortearam as práticas da Educação Física escolar ao longo de sua história, para os estudos que visam melhoras na dinâmica educacional.

Além disso, cabe ressaltar a importância política das ações pedagógicas que realizamos todos os dias em nossas escolas. Tão somente o fato de vivermos em sociedade, de trabalharmos em suas instituições, de respeitarmos suas regras de organização e funcionamento, que em contrapartida, estão diretamente vinculados aos jogos de poder estabelecidos entre as classes sociais, tudo isso nos faz políticos (LIBÂNEO, 1991). Logo, é inegável que todas as ações docentes são político-pedagógicas.

Dessa forma, afirmamos que educar pode ser compreendido como um processo político, e em concordância com esse pensamento Freire (1996, p.11) afirma que o povo tem comando no processo histórico cultural, assim, “se a direção racional de tal processo já é política, então conscientizar é politizar. E a cultura popular se traduz por política popular; não há cultura do Povo, sem política do Povo”.

Nessa linha de pensamento Freire (1996) propõe um método de cultura popular que vai da conscientização à *politização*, que:

Não absorve o político no pedagógico, mas também não põe inimidade entre educação e política. Distingue-as, sim, mas na unidade do mesmo movimento em que o homem se historiciza e busca reencontrar-se, isto é, busca ser livre. Não tem a ingenuidade de supor que a educação, só ela, decidirá dos rumos da história, mas tem, contudo, a coragem suficiente para



afirmar que a educação verdadeira conscientiza as contradições do mundo humano, sejam estruturais, super-estruturais ou inter-estruturais, contradições que impelem o homem a ir adiante (FREIRE, 1996, p. 11).

Assim, o professor, ao planejar suas ações docentes, deverá ter consciência de quais objetivos visam atingir, pois “se os objetivos não são claros para o professor, ele acaba trabalhando com objetivos estabelecidos pela ideologia dominante na sociedade” (LIBÂNEO, 1991, p.10). Hoje, em função dos rumos políticos e sociais que têm marcado drasticamente a história do país, mais do que nunca é necessário repensar a prática docente de Educação Física, fugindo aos riscos de se cometer os mesmos erros do passado, com base nesses pressupostos a metodologia de ensino de Educação Física deve:

ao invés do condicionamento à ordem social, formar um aluno crítico e participativo; ao invés do adestramento físico, a compreensão e uso sadio do corpo; ao invés do esporte-espetáculo e ufanista, o esporte educativo; ao invés da disciplina imposta e da repetição mecânica de ordens do professor, o autodomínio, a formação do caráter, a autovalorização da atividade física; ao invés do corpo-instrumento, o corpo como ser social (LIBÂNEO, 1991, p.14).

Pensando o nosso tempo atual e analisando os embates que marcam o cenário político e econômico, reafirmamos a necessidade de maior reflexão e tomada de consciência por parte dos profissionais da educação, em relação às ações governamentais que incidem diretamente no plano educacional. O momento é propício para negar o que nos é imposto, propor e perseguir novos objetivos.

## **2 AS TENDÊNCIAS HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: BUSCANDO COMPREENDER OS DESAFIOS DA ATUALIDADE**

De acordo com Ghiraldelli (1991) existe no meio acadêmico uma grande carência de bibliografias que possam informar sobre o percurso da Educação Física no Brasil, esse fato o incentivou a iniciar na UNESP um estudo procurando organizar as tendências e correntes que nortearam a disciplina ao longo dos anos. Seu estudo resultou no seguinte quadro: Higienista (até 1930);



a Militarista (1930-1945); a Pedagogicista (1945-1964); a Competitivista (pós-64); e a Educação Física Popular, essa última descrita pelo autor como “ainda vigente”.

No entanto, desde a escrita desse trabalho por Ghiraldelli (1991), novas concepções passaram a ser pensadas e descritas por outros pesquisadores da área. Segundo Darido (2008) em oposição às concepções “tecnicistas, esportivista e biologicista”, novos movimentos foram percebidos na Educação Física, principalmente a partir do final da década de 70. Para a autora, coexistem atualmente diferentes concepções que buscam romper com um modelo mecanicista vivido muito recentemente pela disciplina, sendo destacado por ela como principais, as seguintes: “abordagem desenvolvimentista, interacionista-constructivista, crítico-superadora e sistêmica” (DARIDO, 2008, s/p).

É importante destacar que o estudo das tendências norteadoras da disciplina, pode ser capaz de apontar pistas e lançar luz sob algumas perguntas propostas nesse artigo. Tais indagações podem ou não ser respondidas ao longo do texto, no entanto, não foi objetivo do artigo respondê-las precisamente, mas sim aguçar e fortalecer o debate em torno das mesmas, levando o leitor a perceber no estudo do passado, um caminho, uma possibilidade de entendimento frente aos inúmeros desafios impostos pelo atual contexto histórico.

A “Educação Física Higienista”, primeira tendência a ser estudada, atinge seu ápice na época da Primeira República (1889-1930), fruto do pensamento liberal, se instaura no país juntamente à concepção Higiénica nos anos finais do século XIX e início do século XX. A concepção higiênica chega ao Brasil propondo um novo ideal de nação, voltando sua preocupação ao corpo e a saúde:

Suas propostas residiam na defesa da saúde e educação pública e no ensino de novos hábitos higiênicos. Convencionou-se chamá-lo de Movimento Higienista (Soares, 2001) ou Movimento Sanitarista (Hochman, 1998). Esse movimento tem uma idéia central que é a de valorizar a população como um bem, como capital, como recurso principal da nação (Rabinbach, 1992). A idéia de que um povo educado e com saúde é a principal riqueza da nação chega com força a



nossos dias e ainda aglomera em torno de si forças que se sentem progressistas (GÓIS JUNIOR; LOVISOLO, 2003, p.42).

A tendência liberal presente no país, nesse período, concebia a educação como a “*redentora da humanidade*”, além de perceber na escola a base para a construção de uma sociedade democrática e sem problemas sociais. No entanto, distanciado desses interesses propagados, podemos perceber uma articulação entre as elites para se depositar na “*ignorância do povo*” toda responsabilidade pela existência de tais problemas. A estratégia de atribuir a responsabilidade ao povo, também serviu, em contrapartida, para esconder o grande culpado: o sistema capitalista (GHIRALDELLI JUNIOR, 1991).

A educação vista como estratégia para a construção de uma sociedade democrática, configurou-se como uma aliada para a propagação dos ideais higienistas:

Por meio de uma educação para a saúde ou educação higiênica, objetivava-se a reformulação dos hábitos das crianças, para posteriormente atingir os adultos, por meio de estratégias óbvias, como por exemplo, a criança de hoje é o adulto de amanhã, ou pela própria influência da criança na família (GÓIS JUNIOR; LOVISOLO, 2003, p.50).

Para Castellani Filho (1988) o envolvimento dos higienistas com a educação escolar se deu a partir da compreensão de que essa era uma extensão da educação familiar:

Tratava-se na verdade, de mostrar que a nefasta ação dos pais na educação de seus filhos não se encerrava no ambiente familiar. Pelo contrário, ao externarem os pais, o ‘ideal’ de educação que almejavam a seus filhos, influíam na forma de organização escolar, na definição das linhas pedagógicas a serem adotadas (CASTELLANI FILHO, 1988, p.46).

Por influência do pensamento eugênico alguns educadores começaram a vislumbrar a ideia de inserção da Ginástica nos colégios. Em busca da almejada eugenia da raça, a Educação Física se torna uma forte aliada, partindo da ideia de: “mulheres fortes e sadias teriam mais condições de gerar filhos saudáveis, os quais, por sua vez, estariam mais aptos a defenderem e



construírem a Pátria, no caso dos homens, e de se tornarem mães robustas, no caso das mulheres” (CASTELLANI FILHO, 1988, p.56).

Ghiraldelli Júnior (1991) ressalta que muitos ideais do pensamento eugênico ainda se fazem presentes em nossa sociedade, citando como exemplo o crescente número de academias de ginástica em virtude do aumento do número de adeptos a um padrão de “corpo perfeito” ou por melhora na saúde e bem estar, que pode ser conquistado com auxílio de um profissional de Educação Física. No entanto, esse culto ao corpo buscado nesses espaços tende, em muitos casos, a não respeitar as possibilidades (*ou impossibilidades?*) que são individuais, visando atingir um padrão único de beleza e bem estar físico e social.

Góis Júnior e Lovisolo (2003) caracterizaram este momento atual como “*Movimento da Saúde*” que em muitos aspectos se assemelha ao “*Movimento Higienista*”, contudo voltando seu interesse ao individual, despertando nas pessoas uma atenção exacerbada com o próprio corpo.

Ainda sobre os movimentos acima citados os autores sinalizam para uma possível continuidade de ambos na atualidade, tendo mudado apenas o tempo histórico e a linguagem:

Os momentos dos movimentos representam o desejo da classe médica e dos profissionais da saúde de elaboração de um projeto de sociedade que julgam melhor. Eles indicam a ambição de intervenção política desses intelectuais, que constroem um modelo e tentam colocá-lo em prática. Que anseiam conscientizar a sociedade dos benefícios de uma vida saudável, lançando mão de diversas estratégias (GÓIS JUNIOR; LOVISOLO, 2003, p.50).

É perceptível o consenso entre Ghiraldelli (1991) e Góis e Lovisolo (2003), os autores apontam para uma continuidade dos ideais higienistas na sociedade moderna, porém, com uma nova roupagem. Assim como em momentos passados ainda se busca através da Educação Física os padrões de saúde e beleza que constantemente nos são impostos. Essa imposição é silenciosa e cruel.

Retomando a nossa discussão histórica, destacamos que a partir dos anos de 1930 ocorreu uma mudança em relação aos objetivos da Educação





Física na escola. A esse respeito Chagas e Garcia (2011) informam que nesse período começa a se perceber um abandono dos ideais higienistas, para dar espaço a uma concepção mais direcionada às concepções militaristas, com foco na formação de uma juventude preparada para *defender a pátria*.

Para Castellani Filho (1988) a chegada de Getúlio Vargas ao poder, foi um período de intensas transformações que coincidiram com o avanço do capitalismo no país. A forte modernização e as reformas políticas alteraram a configuração dos espaços habitacionais havendo uma transição de uma ordem social rural para uma configuração mais urbana, fato que pode ser compreendido ao se pensar que a economia passa a ser controlada gradativamente pelo setor industrial, instalado nas cidades.

Segundo Ghiraldelli Junior (1991), é neste momento de transformação política e econômica que surge a Educação Física Militarista. Neste período predominava o pensamento liberal, no entanto, o autor se refere a essas pessoas como "*liberais de fachada*", já que para ele, os mesmos não hesitavam em solicitar intervenção militar caso seus interesses não fossem atendidos. A esse respeito o autor cita o exemplo de Rui Barbosa, figura conhecida do liberalismo brasileiro e defensor da Educação Física Higienista que adota a prática da Educação Física Militar posteriormente.

Ainda para Ghiraldelli Junior (1991) devemos considerar para uma melhor compreensão dessa tendência, que não se pode confundir Educação Física Militar com Educação Física Militarista:

Apesar de, no caso concreto, ambas estabelecerem ligações, a Educação Física Militarista não se resume numa prática militar de preparo físico. É, acima disso, uma concepção que visa impor a toda a sociedade padrões de comportamento estereotipados, frutos da conduta disciplinar própria ao regime de caserna (GHIRALDELLI JUNIOR, 1991, p.18).

A escola, que em muitos aspectos estava atrelada aos interesses do Estado precisou se reajustar para atender a uma nova ideologia, um dos primeiros ajustes, estava contido no *Plano Nacional de Educação* que dava alto valor à Educação Física e principalmente ao o *ensino cívico* nas escolas (CASTELLANI FILHO, 1988).



Ao comparar as duas últimas tendências aqui citadas, Ghiraldelli Junior (1991) destaca que a principal distinção entre ambas é que: a Educação Física Militarista é inspirada no *fascismo* enquanto a Higienista possui uma concepção mais *liberal*. Para compreender os princípios fascistas na qual o autor se fundamenta ao caracterizar a tendência militarista da Educação Física, basta analisar seus objetivos quanto à formação do homem, que precisava ser *obediente e adestrado*, e não obstante a isso buscava um *adestramento da raça* tomando por base a *biologia nazifascista*. Assim pensada, a Educação Física deveria então contribuir para que esse processo de *seleção natural* fosse acelerado pelo exercício físico. Por fim o grande objetivo dessa tendência era formar a partir da Educação Física as chamadas “*máquinas humanas*” colocadas a serviço da pátria (GHIRALDELLI JUNIOR, 1991).

As preocupações com o “*aprimoramento eugênico incorporado à raça*” levaram a atitudes extremas, como o absurdo previsto no decreto nº 21241 de fevereiro de 1938 que proibiu alunos de frequentarem a escola caso estivesse acometido por qualquer problema patológico que afetasse sua frequência às aulas de Educação Física, pois, acreditava-se que o contato com os demais acabaria por “*desencadeamento de uma prole nefasta e inútil*” (CASTELLANI FILHO, 1988).

Mesmo que em alguns momentos possamos pensar que a Educação Higienista em muitos aspectos se confunde com a Militarista, o que as difere segundo Ghiraldelli Junior (1991) é o foco na ideologia de *amor a pátria* difundida pela militarista. Nessa abordagem os cuidados com a saúde coletiva e individual perdem espaço para as conotações *belicosas do nazifascismo*, aquela preocupação antes tida com a *saúde pública* agora é substituída pela ideia de “*saúde da pátria*”.

Com a derrota do nazifascismo (após 1945), a Educação Física Militarista perde sua base de sustentação e para se manter em voga, buscou livrar-se de todos os ideais que fazem ligação com os pressupostos dessa ideologia. No entanto podemos observar que ainda hoje é possível encontrar nas aulas de Educação Física, em muitos locais, esses ideais ainda que camuflados ainda orientando as práticas da Educação Física.



Castellani Filho (1988) acrescenta que os anos 30 deixaram profundas cicatrizes na história social e política brasileira, e principalmente nos destinos da Educação Física e do Desporto no Brasil. Com base nos documentos curriculares, que foram elaborados após esse período, perceberemos que muito pouco foi alterado, prevalecendo os ideais políticos que já se faziam presentes.

Com o fim do Estado novo (1937-1945), a sociedade brasileira inicia um movimento buscando recolocar o país no caminho que pudesse ser considerado uma “*normalidade democrática*”. A *Carta Magna* focou as atenções para os setores políticos e sociais dando-lhes novos contornos *liberais-democráticos* diferentes daqueles que existiam antes marcados por traços autoritários (CASTELLANI FILHO, 1988).

Essa busca por democracia acaba por incidir significativamente no campo educacional. Iniciam-se inúmeras discussões acentuando a necessidade de elaboração de um documento que norteasse e regulamentasse a educação brasileira, que acaba por ser aprovado somente 13 anos mais tarde, através da Lei nº 4024/1961 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – (CASTELLANI FILHO, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1961) acaba por influenciar as formas de se conceber a Educação Física na escola. Nesse período, começa a ganhar força uma tendência que passa a pensar a Educação Física como uma disciplina “*educativa por excelência*”. Ainda que sustentada pelo liberalismo, diferencia-se das demais principalmente em função de seus objetivos que não mais se baseiam em princípios higienistas. Por influência das teorias *psicopedagógicas de Dewey* e pela *sociologia de Durkheim*, no entanto, mesmo tida como um avanço, se comparada à tendência que precedeu, ainda está longe de ser considerada *progressista* (GHIRALDELLI, 1991).

O movimento de inserção da Educação Física enquanto disciplina educativa presente no currículo da escola caracterizou-se como o ponto de partida para a tendência pedagógiscista, mesmo que nesse momento tal fato ainda não representasse uma valorização da disciplina enquanto área do conhecimento. Isso porque essa tendência está efetivamente preocupada com



a juventude que frequenta as escolas e não com os conteúdos que a disciplina seria capaz de abordar, na verdade essa tendência:

vai reclamar da sociedade a necessidade de encarar a Educação Física não somente como uma prática capaz de promover saúde ou de disciplinar a juventude, mas de encarar a Educação Física como uma prática eminentemente educativa. E, mais que isto, ela vai advogar a “educação do movimento” como a única forma capaz de promover a chamada “educação integral” (GHIRALDELLI JUNIOR, 1991, p.19).

Acompanhando o pensamento acima citado, para nossa melhor compreensão, basta analisarmos as formas pelas quais se deu a inserção dessa disciplina enquanto componente curricular nas instituições públicas de ensino. A disciplina é inserida como *atividade*, fato que já diferencia sua forma de abordagem em relação às outras áreas do conhecimento, pois assim tratada retira-se de seu domínio a capacidade de pensá-la como um campo do conhecimento a partir do qual é possível compartilhar saberes e auxiliar na formação do sujeito (para além das questões biológicas), assim conforme foi colocado, pode se pensar que a disciplina deveria ser tratada como uma *experiência limitada em si mesma* (CASTELLANI FILHO, 1988).

No período compreendido entre os anos de 1945 e 1965 a Educação Física brasileira passa a sofrer grande influência do modelo norte-americano, que ganhava cada vez mais adeptos entre os teóricos dessa área do conhecimento no Brasil. Assim por volta dos anos 50 existe uma forte influência do *liberalismo americano* em meio aos estudiosos que estavam empenhados em divulgar a tendência pedagogista (GHIRALDELLI, 1991).

A tendência pedagogista traz para área novas perspectivas que vão modificando as práticas da Educação Física ao mesmo tempo em que, influencia também o trabalho do professor, havendo assim um pequeno distanciamento (ainda que não consiga se desvincular por completo) das práticas militaristas (GHIRALDELLI JUNIOR, 1991). Essas novas perspectivas, na verdade:

vão instaurar uma apologia da Educação Física enquanto “centro vivo” da escola pública, responsável por todas as particularidades “educativas” das quais as outras disciplinas, as



“instrutivas”, não poderão cuidar. As fanfarras da escola, os jogos intra e inter-escolares, os desfiles cívicos, a propaganda da escola na comunidade, tudo isso passa a ser incumbência do professor de Educação Física. Este elemento, abnegadamente, deve, além das aulas, cumprir sua função de “educador” e até mesmo de “líder na comunidade”. A Educação Física, acima das “querelas políticas”, é capaz de cumprir o velho anseio da educação liberal: formar o cidadão (GHIRALDELLI JUNIOR, 1991, p.29).

Desde os anos de 1920 e 1930 já estava ocorrendo um processo de valorização o *desporto de alto nível*, procedida por forte mobilização tanto no interior da sociedade quanto na Educação Física propriamente dita. Essa exacerbada valorização do desporto culminaria, nos anos seguintes, em um *projeto que privilegia o Treinamento Desportivo* a nível nacional, dessa forma ocorre uma completa substituição dos ideais tidos na Educação Física pedagogista passando a vigorar uma ideia que coloca a Educação Física como um simples *apêndice* desse novo projeto (GHIRALDELLI JUNIOR, 1991).

Esse movimento pode ser entendido como um retrocesso no que diz respeito à valorização da disciplina enquanto área do conhecimento, fonte de saber capaz de promover a formação do sujeito. Agora, nesse novo ideal extremamente voltado ao competitivismo, a disciplina retoma os ideais higienista e militaristas de colocar-se a serviço da *hierarquização e elitização social* (GHIRALDELLI JUNIOR, 1991).

Essa nova abordagem dos ideais da Educação Física sustenta-se com base na *ideologia da tecnocracia militar e civil* que assume o poder em 1964. Nesse movimento de *tecnização da educação e da educação física*, agora a função da disciplina nada mais seria que a promoção de um desporto capaz de representar e trazer medalhas para o Brasil (GHIRALDELLI, 1991).

Para que esses objetivos fossem alcançados, difundiu-se por toda a nação uma ideia de culto ao *atleta-herói* a *ao individualismo*, que eram representados pelas figuras de pessoas comuns que com esforço próprio conseguiam se destacar e alcançar grandes objetivos. Essa ideia teve como base o entendimento de que todos eram capazes de *conquistar seu lugar ao sol*, configurando-se como uma estratégia política de alienação para um número cada vez maior de pessoas pobres, que tinham como única alternativa



espelhar-se nos *ídolos do esporte*, enxergando neles uma esperança de crescimento, dentro de uma estrutura social que de fato a oportunidade de se alcançar o enriquecimento por outros meios era praticamente impossível (GHIRALDELLI, 1991).

De acordo com Silva (1996), o fim do Estado Novo faz retomar as discussões acerca da educação no país, que agora começava a vislumbrar o retorno dos princípios democráticos. Pelo decreto 43.177/58 foi instituída a campanha nacional de Educação Física. Nesse novo projeto atribui-se à Educação Física a função de guiar a juventude por caminhos melhores:

Muitos são os meios mais indicados para combater o caminho errado seguido pelos nossos jovens, vítimas sobretudo da desagregação social da época. Todavia, achamos que as actividades físicas, nas quais os desportos devem predominar pelos atractivos e a vida sadia que eles oferecem, sejam dentre os meios os mais recomendáveis (ARAÚJO, 1960, p. 20 apud SILVA, 1996, p.186).

Essa campanha trouxe importantes conquistas para a Educação Física, pois:

A campanha, instituída em 1958, e a aprovação de novo Regimento para a Divisão de Educação Física, pelo Decreto Federal nº 49.639, de 30 de dezembro de 1960, contribuíram para que, na promulgação da LDBEN, a obrigatoriedade da Educação Física fosse consolidada nos ensinos primário e médio (SILVA, 1996, p. 186).

Ainda hoje esse ideal de admiração dos atletas- heróis é fortemente difundido no país, principalmente entre as camadas mais pobres da população. Basta perguntar a uma criança de uma comunidade carente seus sonhos para o futuro, muitos dirão que é ser jogador de futebol. Isso se dá em função da qualidade de ensino ofertado em muitos cantos do país, a falta de perspectiva é reflexo de um governo que quase nunca valorizou a educação enquanto promotora de crescimento social. As manobras políticas sempre se fizeram presentes, pois é na alienação do povo que se mantém a hierarquização social onde ricos se tornam sempre mais ricos e pobres se mantêm sempre mais pobres.

Com base na análise das tendências apresentadas anteriormente, até a década de 80, concordamos com Ghagas e Garcia (2011) ao denominá-las como *não críticas*, afinal todas foram colocadas a serviço do Estado como





instrumentos de reprodução de seus ideais, sendo forjadas para uma *formação ideológica e corporal* que eram imprescindíveis à manutenção dos princípios e necessidades de uma sociedade capitalista. Os autores ainda acrescentam que essas tendências tinham por objetivo dois pontos em comum:

- 1) a **dominação do corpo** (pelo exercício físico, eugenia da raça, identidade relacionada a ordem moral e cívica, melhoria na força de trabalho, controle do comportamento com vistas à saúde pública, preparação de mão de obra fisicamente adestrada e capacitada, recuperação e manutenção da força de trabalho);
- 2) **manipulação ideológica** (relacionada a segurança e defesa da pátria com a colaboração civil por meio do esporte, senso de superioridade, obediência, consciência, homogeneização das mentes, transmissão de certos valores sobre a população, caráter e qualidades mínimas de um bom membro de família e bom cidadão, preparação vocacional) (GHAGAS; GARCIA, 2011, s/p).

A última tendência apontada por Guiraldelli (1991) trata-se de uma forma mais *autônoma*, no entanto, não deve ser por nós, considerada de fato “*pura*”. Apesar de ser conhecida por *Educação Física Popular*, não se tratou de algo pensado para o povo, mas sim, de algo que eventualmente poderia ser praticada pelo povo (GHIRALDELLI, 1991).

O autor atribui a denominação *Educação Física Popular* por ter sido gerada no seio de movimentos populares trabalhistas, *principalmente vanguarda do Movimento Operário e Popular*. Cresceu junto à luta dos partidos políticos que naquele período almejam a hegemonia política. Essa hegemonia da esquerda é inicialmente conquistada pelos *adeptos do anarquismo e anarco-sindicalismo*, posteriormente o PCB (*Partido Comunista Brasileiro*) toma esse posto hegemônico passando a influenciar principalmente as classes populares (GHIRALDELLI, 1991).

O autor acrescenta que, enquanto os anarquistas detiveram hegemonia, a Educação Física não *era vista com bons olhos*, no entanto, com o PCB frente ao *Movimento Operário Popular* iniciam-se no país novos movimentos em prol do desporto, principalmente dentro dos bairros populares, o que acaba atingindo um grande sucesso nessas comunidades (GHIRALDELLI, 1991).

Com relação aos movimentos que começaram a ser difundidos nas áreas urbanas, tendo a frente o movimento popular, a Educação Física e o





Desporto retomam seu lugar de destaque conforme demonstra Ghiraldelli Junior (1991, p. 34):

Por ocasião da formação, em diversos bairros das grandes cidades, dos Comitês Populares Democráticos, a questão Educacional e também a questão do Lazer e da Educação Física se integraram no rol de preocupações do Movimento Operário e Popular. Os Comitês, formados inicialmente no sentido de lutarem pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte, rapidamente se tornaram agremiações reivindicadoras e organizadoras, que desejavam a participação do Poder Público na tarefa de construção de escolas, quadras desportivas, jardins de infância, praças etc.

No interior dessas comunidades, dentro desses movimentos difunde-se uma ideia de Educação Física de caráter mais lúdico, que não visava a competição, mas, sim a solidariedade entre os trabalhadores com vista a organização para a luta por uma sociedade mais democrática (GHIRALDELLI JUNIOR, 1991).

Para nós, o discurso de Ghiraldelli Junior (1991) contribui significativamente com os objetivos desses apontamentos históricos, por demonstrar que pode ter havido uma falta de imparcialidade da Educação Física na definição de seus conteúdos, sendo perceptível nos períodos apresentados pelo autor algum tipo de direcionamento político e/ou ideológico. Seu pensamento que reflete uma forte ideologia marxista, em muitos momentos acaba por nos confundir levando-nos a acreditar que estamos estudando a História Política do Brasil e não a História da Educação Física. No entanto, esse pensamento nos guia para a percepção de que, ainda hoje a falta de objetividade educacional da Educação Física repercute no ensino da disciplina por parte de um número significativo de professores.

Com o objetivo de refletir sobre essas questões e buscando compreender a influência marxista nos conteúdos disseminados atualmente pela disciplina, passamos a focalizar nossas análises para meados dos anos de 1980. Nesse período de acordo com Gilioli e Galuch (2014, p.2) ocorre “o movimento crítico da Educação Física, impulsionado pela abertura democrática, critica as funções até então desempenhadas pela Educação Física na sociedade, principalmente por contribuir para formar cidadãos



acríticos”. Nesse movimento existiam alguns representantes de orientação marxista, e foram eles os responsáveis pela formulação da tendência *crítico-superadora* que buscava uma maior reflexão acerca da cultura corporal em oposição às práticas vigentes que tinham como objeto a aptidão física e a saúde.

A principal crítica tecida a esse movimento estava relacionada em grande parte a um modelo de Educação Física característico do período de ditadura no país, em outras palavras, buscava combater o *tecnicismo esportivo* que havia se instaurado naquele período, sendo esse tecnicismo o grande responsável pelo esvaziamento dos conteúdos da disciplina. Corroborando com esse pensamento Gilioli e Galuch (2014, p.3) acrescentam que:

A abordagem crítico-superadora propõe um ensino em que os conteúdos da Educação Física sejam abordados de forma contextualizada em sua relação com a estrutura econômica, política e cultural das relações de produção capitalista, de forma a vislumbrar a possibilidade de indivíduos emancipados numa sociedade realmente emancipada.

A partir do momento de redemocratização do país e percebendo-se a necessidade de se repensar as práticas mecanicistas até então dominaram o ensino da Educação Física no Brasil, Darido (2008, s/p) sugere que:

Em oposição à vertente mais tecnicista, esportivista e biologista surgem novos movimentos na Educação Física escolar a partir, especialmente, do final da década de 70, inspirados no novo momento histórico social porque passou o país, a Educação de uma maneira geral e a Educação Física especificamente.

A autora aponta que atualmente podem ser encontradas diferentes tendências para descrever o momento em que vivemos, no entanto, todas elas possuem como objetivo romper com os paradigmas herdados pelas tendências passadas, galgando para a disciplina novos contornos e objetivos, mais adequados ao contexto histórico e à escola mais especificamente (DARIDO, 2008, s/p).

Dentre as principais tendências assinaladas por Darido (2008) destaca-se a “abordagem desenvolvimentista” que segundo a autora encontra-se melhor apresentado nos trabalhos de Tani et al. (1988) e Manoel (1994). Nesse tipo de abordagem “o movimento é meio e fim da Educação Física” e a



habilidade motora seu principal conceito. Para a abordagem desenvolvimentista:

Educação Física deve proporcionar ao aluno condições para que seu comportamento motor seja desenvolvido através da interação entre o aumento da diversificação e a complexidade dos movimentos. Assim, o principal objetivo da Educação Física é oferecer experiências de movimento adequadas ao seu nível de crescimento e desenvolvimento, a fim de que a aprendizagem das habilidades motoras seja alcançada. A criança deve aprender a se movimentar para adaptar-se as demandas e exigências do cotidiano em termos de desafios motores (DARIDO, 2008, s/p).

Costa, Mendes e Santana (2012, s/p) acrescentam que “dentro da abordagem desenvolvimentista o foco de estudo permeia entre o desenvolvimento fisiológico, cognitivo e afetivo-social da criança”. Em linhas gerais, a abordagem desenvolvimentista fundamenta-se nos processos de aprendizagem motora, sendo o papel do professor de Educação Física levar o aluno a vivenciar diferentes experiências motoras com o objetivo de atingir habilidades cada vez mais aperfeiçoadas e em graus mais elevados. Desse modo:

O aluno não é visto em sua historicidade, em sua realidade sócio-econômica e cultural, o comportamento motor esperado é padronizado e organizado em etapas (taxionomia), e por fim, analisado pela sua individualidade e sistematizado para acompanhar o desenvolvimento do aluno (COSTA, MENDES, SANTANA, 2012, s/p).

Outra abordagem, que segundo Darido (2008) tem ganhado espaço é a “construtivista-interacionista”. Essa abordagem tem como principal colaborador o professor João Batista Freire, baseia-se no entendimento que o conhecimento é construído a partir da interação do sujeito com o mundo, além disso, nessa abordagem diferentemente da anterior, o movimento pode ser considerado um instrumento facilitador da aprendizagem de conhecimentos cognitivos como a leitura, escrita, matemática, etc.

A metodologia utilizada nas aulas deve contemplar jogos e brincadeiras lúdicas, principalmente aquelas que já fazem parte da vida das crianças, como por exemplo: as brincadeiras de rua, cantigas e brincadeiras de roda, jogos com regras, etc. Aqui, o jogo tem papel tem um papel importante sendo



“considerado o principal modo de ensinar, é um instrumento pedagógico, um meio de ensino, pois enquanto joga ou brinca a criança aprende” (DARIDO, 2008, s/p).

Outra abordagem apresentada pela autora é a “crítico-superadora” que possui representantes nas principais Universidades do país e um grande número de publicações a seu respeito, possui como influenciadores educadores como Libâneo e Saviani. Trata de questões relacionadas a poder, interesse e contestação. Sua pedagogia deve sempre priorizar questões relacionadas ao ensinar e a forma como adquirimos conhecimentos, tendo por base a contextualização e historicidade dos fatos, ou seja, a maneira pela qual a ação dos homens pode influenciar em fases históricas diferentes, ao longo do tempo. Nessa abordagem “a Educação Física é entendida como uma disciplina que trata de um tipo de conhecimento denominado de cultura corporal que tem como temas, o jogo, a ginástica, o esporte e a capoeira” (DARIDO, 2008, s/p).

A última abordagem apontada por Darido (2008) devido à relevância é a “abordagem sistêmica” ainda em fase de elaboração organizada por Betti (1991; 1994). Essa abordagem considera corpo/movimento o meio e fim da Educação Física escolar, em busca de uma especificidade que poderá ser alcançada a partir da introdução do aluno no mundo cultural da “cultura física”.

A abordagem sistêmica preconiza o princípio da “não exclusão”, pois entende que as aulas de Educação Física não deverão em suas atividades, excluir nenhum tipo de aluno ao tempo que deverá garantir o acesso de todas às aulas através de atividades diversificadas, permitindo assim uma gama maior de vivências e experiências proporcionadas pela prática do exercício físico (DARIDO, 2008, s/p).

Por fim, é válido acrescentar que a afirmação das propostas “progressistas” difundidas nos dias atuais na Educação Física escolar, tem encontrado inúmeros desafios sendo um dos principais a conquista da legitimidade no campo pedagógico.

Para Bracht (1999) as justificativas que legitimam a Educação Física Escolar sob uma ótica conservadora (aptidão física e esportiva) não se sustentam na atualidade. Ao analisarmos, por exemplo, a visão economicista



de educação (conservadora) que visa a preparação do aluno para o mercado de trabalho e, considerando os inúmeros avanços tecnológicos no processo produtivo, não se percebe mais a relevância da Educação Física Escolar que possa justificar incentivos e investimentos públicos com tal objetivo.

Outra perspectiva conservadora de legitimar a Educação Física na escola está baseada na “promoção da saúde”, no entanto, essa probabilidade não possui grande repercussão, uma vez que, é percebida a crescente privatização e individualização da saúde. Além disso, a oferta de existe hoje, uma grande oferta de possibilidade de consumo de práticas corporais oferecido por academias, escolinhas, clubes... Esses espaços permitem o acesso a diferentes práticas corporais e esportivas, sem que as mesmas estejam ligadas à Educação Física escolar (BRACHT, 1999).

Até aqui, compreendemos que estamos vivenciando um momento de transição da Educação Física, que parte de uma concepção mais corporal (fisiológica) para uma perspectiva de corpo com base nos preceitos culturais, históricos e sociais.

A dimensão que a cultura corporal ou de movimento assume na vida do cidadão atualmente é tão significativa que a escola é chamada não a reproduzi-la simplesmente, mas a permitir que o indivíduo se aproprie dela criticamente, para poder efetivamente exercer sua cidadania (BRACHT, 199, p.82).

Contudo, reafirmamos o entendimento que: “introduzir os indivíduos no universo da cultura corporal ou de movimento de forma crítica é tarefa da escola e especificamente da EF” (BRACHT, 1999, p.83). Muitos foram os desafios encontrados pelos profissionais da Educação Física ao longo de sua história, sendo nítido o crescimento e valorização da área principalmente no ambiente escolar. Hoje, podemos afirmar que a disciplina é importante para a formação integral do aluno, deixando de estar atrelada apenas a uma concepção biológica, mas que em contrapartida, se abre para novas possibilidades, contornos e perspectivas.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Nossas considerações finais nos guiam ao entendimento de que a história pode ser uma fonte para se buscar esclarecimento acerca dos desafios atuais percebidos na Educação Física Escolar nos dias de hoje. Nossas análises apontam que, os caminhos trilhados pela disciplina no Brasil em muitos momentos esteve atrelado aos interesses econômicos e políticos do país, visando atender a um sistema econômico injusto e a um ideal de Estado em que a divisão de classes era a mais excludente possível.

Dessa forma podemos pensar que, a Educação Física durante muito tempo não esteve na escola com finalidades educativas, sendo muito recente o movimento de crítica a essas práticas tão distantes do que se espera de uma área do conhecimento presente no currículo escolar. Uma das severas consequências desse distanciamento entre os princípios educativos e a educação Física escolar está no esvaziamento percebido nos conteúdos e nas práticas difundidas ainda hoje em muitas escolas no país, sendo a sua superação o grande desafio da disciplina na atualidade.

Esse esvaziamento pode ter sido gerado, em grande medida pelo tecnicismo esportivo que teve seu auge no regime ditatorial, mas que deixou marcas tão profundas que ainda hoje não foram totalmente apagadas. Além disso, o movimento de crítica e rompimento com o tecnicismo esportivo ainda é muito recente, foi somente a partir de meados dos anos de 1980, que começaram a se questionar as práticas que limitam o campo de possibilidades da Educação Física e conseqüentemente, pensar novas possibilidades para a disciplina na escola.

A história nos faz compreender muitos dos estereótipos acerca do professor de Educação Física que permeiam as escolas, um senso comum que define esse profissional como profissional responsável por compartilhar um saber limitado ao “movimento pelo movimento”. No entanto, muitas vezes o próprio professor reforça tais estereótipos ao planejar aulas em que não está presente a leitura do seu tempo histórico e de sua real função dentro do espaço escolar. Além disso, percebemos que esse movimento ainda se faz presente, basta analisarmos as práticas atuais que tem marcado o ensino da Educação Física, com profissionais presos ao tecnicismo e ao esportivo.





Os avanços rumo a uma Educação Física Escolar mais democrática são perceptíveis, no entanto, a superação dos desafios que criam barreiras para a afirmação da disciplina enquanto uma área do conhecimento comprometida com a formação integral do aluno ainda caminha em passos curtos. Cabe ao professor realizar constantemente uma reflexão acerca do seu papel e principalmente do lugar da disciplina dentro do currículo escolar, buscando práticas de ensino comprometidas com os ideais de Educação e de Cidadão necessários frente aos inúmeros desafios da contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício do historiador**. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. **Cadernos Cedes**, ano XIX, nº 48, Agosto/99

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: A história que não se conta**. Campinas, SP: Papirus, 1988.

CHAGAS, Camila dos Santos; GARCIA, Jeferson Diogo de Andrade. Educação Física no Brasil: apontamentos sobre as tendências constituídas até a década de 80. **Efdesportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, ano 15, nº 154, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd154/educacao-fisica-no-brasil-tendencias-constituídas.htm>> Acesso em: 27 mai. 2016.

COSTA, Erika Mendes; COELHO, Michele Cristina; SANTANA, Cássio Bonavenoto. A Educação Física na Educação Infantil: uma perspectiva desenvolvimentista. **efdesportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, ano 16, n 164, jan. 2012. Disponível em: < <http://www.efdeportes.com/efd164/a-educacao-fisica-na-educacao-infantil.htm>> Acesso em: 13 mai. 2018.

DARIDO, Suraya Cristina. As principais tendências pedagógicas da Educação Física Escolar a partir da década de 80. **Motricidade.com: Portal dos professores e profissionais de Educação Física e Desporto**, ago. 2008. Disponível em: < <https://edufisescolar.files.wordpress.com/2011/04/as-principais-tendências-pedagógicas-da-educacao-fisica-escolar-a-partir-da-decada-de-80.pdf>> Acesso em: 16 mar. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Educação Física Progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física Brasileira**. 3º ed. São Paulo: Edições Loyola, 1991.





GILIOLI, Eduardo Borba; GALUCH, Maria Terezinha Belanda. Livro didático público de Educação Física: Potencial formativo. **Imagens da Educação**. v. 4, n. 1, p. 1-11, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/22208>> Acesso em: 01 out. 2017.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo; LOVISOLO, Hugo Rodolfo. Descontinuidades e continuidades do Movimento Higienista no Brasil do século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v. 25, n. 1, p. 41-54, set. 2003. Disponível em: <<http://cbce.tempsite.ws/revista/index.php/RBCE/article/view/172/181>> Acesso em : 26 de mai. de 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. Prefácio. In: GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Educação Física Progressista: A pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física Brasileira**. Coleção Espaço, 3º ed., São Paulo: Edições Loyola, 1991.

SILVA, Dirce Maria Correia. **Escola de Educação Física do Espírito Santo: Sua história, seus caminhos: 1931 – 1961**. 1996, 278 f. Dissertação (mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1996.

### **Gleisiele Saraiva Rangel**

[gleisyrangel@hotmail.com](mailto:gleisyrangel@hotmail.com)

Mestre em Ensino na Educação Básica pelo Programa de pós-graduação em Ensino na Educação Básica. UFES - Campus São Mateus. Graduação em Educação Física.

### **Maria Alayde Alcântara Salim**

[maria.salim@ufes.br](mailto:maria.salim@ufes.br)

Licenciada e Bacharel em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (1991), Especialista em História Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (2007), Mestrado em Educação – PPGE/CE/UFES (2001), Doutorado em Educação - PPGE/CE/UFES (2001). Atualmente é professora adjunto IV no Departamento de Educação e Ciências Humanas e professora permanente do Programa de Pós – Graduação em Ensino na Educação Básica – DECH/PPGEEB/CEUNES/UFES.

Recebido em: 03/10/2017

Aprovado em: 23/11/2017

